


* Possui graduação em Teologia pela Faculdade EST (1998) e mestrado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2014). Atualmente é secretária geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.

E-mail: romibencke@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8389-6230>

Recebido em 11/11/20

Aprovado em 09/02/21

FRATERNIDADE E DIÁLOGO: COMPROMISSO DE AMOR

“Cristo é a nossa paz. Do que estava dividido fez uma unidade.” (Ef 2,14)¹

FRATERNITY AND DIALOGUE: COMMITMENT OF LOVE

“Christ is our peace, who has made the two groups one.” (Ef 2,14)

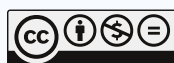
*Romi Marcia Bencke**

Resumo: O principal testemunho do movimento ecumênico é o diálogo. Em diferentes momentos da história o diálogo é assumido como a principal estratégia para a superação de conflitos e polarizações. Sem diálogo não é possível a convivência ente igrejas e nem entre religiões. No entanto, o diálogo não pode ser compreendido como isento de contradições. A partir de Martin Buber, o texto problematiza aponta os limites do diálogo e pergunta pelas disposições dos diferentes sujeitos envolvidos na Campanha da Fraternidade Ecumênica/2021 para a promoção de espaços seguros de diálogo.

Palavras-chave: Diálogo. Jesus. Política. Ecumênico.

Abstract: The main testimony of the ecumenical movement is dialogue. At different times in history, dialogue is assumed as the main strategy for overcoming conflicts and polarizations. Without dialogue, coexistence between churches and between religions is not possible. However, the dialogue cannot be understood as free from contradictions. Based on Martin Buber, the problematized text points out the limits of dialogue and asks about the dispositions of the different subjects involved in the Ecumenical Fraternity Campaign/2021 for the promotion of safe spaces for dialogue.

Keywords: Dialogue. Jesus. Politics. Ecumenical.



¹ Ele é parte do artigo com o mesmo título publicado no Livro do Curso de Verão 2021 – CESEEP.

1 DIÁLOGO PARA DERRUBAR MUROS DE INTOLERÂNCIAS

Não são poucos os textos, as palestras, conversas em *lives* que apontam o diálogo como caminho para a superação das intolerâncias. O diálogo é lembrado sempre que os conflitos se aprofundam a ponto de inviabilizar o convívio entre diferentes culturas e o respeito à diversidade de pensamentos.

Assim como tudo o que envolve a existência humana, o diálogo também tem suas dissonâncias, descompassos e desafinações. Neste sentido, o diálogo sozinho não é capaz de resolver desentendimentos, disputas por poder e exclusivismos culturais e religiosos. É necessário tomar cuidado para que não se veja no diálogo algo ingênuo em que desejos de perpetuação de poder estejam ausentes. Ter em mente as disputas, as polaridades e as dualidades inerentes à prática do diálogo é importante para não sucumbir à lógica romântica de que o exercício do diálogo é isento do desejo de dominar o outro e de convencê-lo da “minha verdade”. O diálogo pode servir de armadilha para alcançar uma “paz de cemitério”, que é a paz que uniformiza e elimina todos os contrastes ou diferenças geradoras de conflito.

O filósofo Martin Buber², conhecido por desenvolver uma filosofia da Relação, do Encontro e do Dialógico, chama a atenção para três tipos de diálogo. O primeiro é o diálogo autêntico, que pode ser falado ou silencioso. Neste diálogo, cada uma das pessoas envolvidas tem em mente a outra pessoa, tanto na sua presença quanto no seu jeito de ser. Os interlocutores se voltam um ao outro com a intenção de estabelecer entre eles uma reciprocidade viva. Buber diz que este tipo de diálogo é raro e pressupõe a abertura para “sair-de-si-em-direção-ao-outro”. O segundo tipo de diálogo é o que o filósofo chama de diálogo técnico, que se estabelece unicamente pela necessidade de um entendimento objetivo. O diálogo técnico faz parte dos bens essenciais e inalienáveis da existência moderna. Por fim, o terceiro tipo é o monólogo disfarçado de diálogo. Ele acontece quando duas ou mais pessoas, reunidas em um local, falam cada uma consigo mesma por caminhos tortuosos estranhamente entrelaçados. Neste tipo de diálogo não há o desprendimento de si. A presença da outra pessoa é admitida como uma “parte do meu eu”. É o que Buber caracteriza como “um dobrar-se-em-si-mesmo”. Neste caso, o diálogo torna-se uma ilusão e um jogo, que rejeita o real, confronta e desintegra a essência da realidade³.

Tendo em conta as ambiguidades presentes no diálogo e os tipos de diálogos possíveis cabem algumas perguntas essenciais, uma delas, é pelo horizonte do diálogo, ou seja, o que desejamos alcançar com ele? Outra pergunta é até onde estamos dispostos a ir para alcançar o objetivo? Estamos abertos a rever os pressupostos para a superação das crises geradoras de intolerâncias? Reconhecemos o outro como um interlocutor legítimo e autêntico? Estamos dispostos a “sair-em-direção-ao-outro” ou estamos mais “dobrados-em-nós-mesmos?” Estamos dispostos a reconhecer a autonomia do outro e a pluralidade como um valor?

Estas perguntas precisam ser refletidas quando optamos pela realização do diálogo. A tentativa de respondê-las nos oportunizará saber se estamos mais para um diálogo autêntico, técnico ou para um monólogo.

Neste texto sugerimos o diálogo como um instrumento válido em contextos de intolerâncias. O contexto do qual falamos é o brasileiro, cuja característica é de pluralidade religiosa e cultural e de profundas desigualdades. Como país, o Brasil nunca lidou bem com

2 Martin BUBER, *Do diálogo e do dialógico*, p.53.

3 Martin BUBER, *Do diálogo e do dialógico*, p.58.

a pluralidade, compreendida, desde sempre, como algo a ser suprimido. As estratégias para a eliminação da pluralidade foram a violência e a imposição do cristianismo como a religião “civilizadora de selvagens”, como os colonialistas se referiam aos povos indígenas e das “não pessoas”, como eram identificadas as pessoas africanas escravizadas. Apenas com o batismo, indígenas e africanos seriam reconhecidos como seres humanos. O Brasil, portanto, não construiu sua história a partir de experiências de diálogo e inclusão. Nossa história é mais caracterizada por autoritarismos, violências e submissão. Isso resultou no extermínio e apagamento de diferentes culturas.

No entanto, ao mesmo tempo, que temos este passado violento e intolerante, historicamente, ocorreu um movimento de “negação da violência e da intolerância”.

Lilia Moritz Schwarcz chama a atenção de que se passou uma espécie de “verniz” sobre a história brasileira que justifica a dominação e até a elogia, ao mesmo tempo que, a encobre e minimiza.

Talvez por isso, durante tanto tempo existiu quem definisse a escravidão no Brasil como a “melhor”, quando não é possível conceber um sistema como esse de maneira positiva ou “mais” positiva; o racismo por aqui vigente como “menos perverso”, mesmo diante de índices que revelam o oposto; a convivência de gêneros como “idílica”, a despeito da violência que a acompanha; a relação com os indígenas enquanto “amistosa”, apesar de nossa história mostrar o contrário...”⁴.

Para a autora, esta tendência à negação da característica violenta de nossa história é uma forma de intolerância, porque não permite que a crítica e o atrito sejam percebidos. A ausência da crítica e do atrito forja uma falsa sensação de paz – “a paz de cemitério” – se não existem contradições e problemas não há razão para debate e confrontos. As ambivalências e as dissonâncias são silenciadas sob o argumento de que o Brasil é o país da democracia racial, da cordialidade e da coexistência entre diferentes culturas e religiões. Sob esta “paz de cemitério” invisibilizam-se os conflitos que estão diariamente latentes e presentes. O mito das horizontalidades oculta nossa cultura autoritária e verticalizada. É negando as hierarquias que elas são afirmadas e sutilmente impostas nas relações sociais, perpetuando a cultura da escravização nas relações domésticas desiguais. Exemplo disso identifica-se na forma como são estabelecidas as relações com as trabalhadoras domésticas. Há uma elite que se nega reconhecê-las como trabalhadoras e profissionais com direitos trabalhistas, com direito ao descanso e ao lazer. Durante a pandemia da COVID-19, esta relação hierarquizada e com traços fortes da cultura escravocrata ficou bastante visível quando muitos não concederam às trabalhadoras domésticas o direito ao isolamento social, garantindo o pagamento. Estes distanciamentos sociais hierárquicos são disfarçados com comportamentos de uma afetuosidade falsa, que jamais permite que se ultrapasse a fronteira entre “casa grande e senzala”.

Não é possível conversar sobre as intolerâncias no Brasil sem olhar para a história brasileira, com abertura para retirar as muitas camadas de tradições inventadas e história distorcida com o objetivo de negar os conflitos, os autoritarismos, o racismo e a violência sistêmica e estrutural que caracterizam nossa trajetória como país.

Se hoje vivemos em contextos polarizados, se a cultura do ódio se sobressai, é importante assumir que isso é a ebulição de questões que o Brasil não resolveu, entre estas questões estão o racismo, a misoginia, a imposição de uma única religião e a negação de outras, o patrimonialismo casado com o patriarcalismo. Todas estas questões, geradoras de desigualdades e violências, historicamente foram abafadas com a criação de mitos como o da democracia racial, da festividade e do espírito acolhedor do brasileiro.

4 Lilia Moritz SCHWARCZ, *Sobre o autoritarismo brasileiro*, posição e-book 2859.

Importante enfatizar que as intolerâncias não são identificadas apenas nos conflitos ou na negação da humanidade da outra pessoa. A intolerância pode ser praticada de forma muito mais sutil, que é impedindo que se converse sobre nossas contradições e que se silencie a voz das pessoas que historicamente tiveram sua dignidade negada, a fim de manter uma imagem distorcida de um país que abraça todos os seus filhos e filhas. Esta imagem às avessas precisa de fissuras para que os conflitos silenciados possam emergir e o diálogo necessário se realize de forma autêntica.

2 CRISTO É A NOSSA PAZ: DO QUE ERA DIVIDIDO, FEZ UMA UNIDADE - DESAFIOS PARA O DIÁLOGO

Não é novidade que parte destas culturas do ódio e da violência são legitimadas ou justificadas com o argumento da fé em Jesus Cristo. Ainda são vistas com bons olhos as pessoas que optam por não ter religião, ou, optam por uma tradição religiosa não monoteísta. Perseguem-se pessoas LGBTQI+ sob o argumento de que vivem em pecado e, por isso, precisam ser curadas, em nome de Jesus. Orientam-se mulheres a aguentar a situação de violência física ou simbólica a partir de textos-bíblicos como de Cl 3,18-4,1 e Ef 5,22-6,9 e nega-se, em algumas situações, a liderança, a palavra e o protagonismo das mulheres nas igrejas, utilizando-se de textos como 1Tm 2,8-15, 1Tm 1,1-2.15, 1Tm 3,1-4.16 e 1Tm 5,1-6.21.

A pergunta a ser feita é, se a partir de Jesus Cristo, a cultura do ódio, das discriminações, das desigualdades é possível. As narrativas dos Evangelhos contam a história de um Jesus que sofreu as consequências das alianças entre os poderes religiosos, econômicos e políticos do seu tempo. Neste sentido, nada mais incoerente com Jesus Cristo do que instrumentalizar o seu nome para propagar o ódio, para legitimar e justificar estruturas sociais e projetos excludentes e violentos.

Precisamos ir à raiz para compreender como, historicamente, foram elaboradas teologias que possibilitaram tanto a instrumentalização do nome de Jesus para argumentar em favor de projetos autoritários e de exclusão, quanto para criar a imagem de que o movimento de Jesus não confrontava as estruturas violentas de seu tempo.

Richard A. Horsley, em seu livro *Jesus e o Império*, chama a atenção que, ao se categorizar Jesus como figura religiosa, foram deixadas de lado as implicações políticas e econômicas de seu discurso e de sua prática. Quando se projeta na sociedade antiga um pressuposto ocidental moderno, Jesus é visto como uma figura individual que interage com o meio social em que estava inserido. A tendência é ver Jesus interagindo com pessoas e não com grupos sociais e instituições políticas.

Historicamente Jesus foi despolitizado. A tendência é a de ignorar o fato de que no tempo em que Jesus viveu, a região que hoje conhecemos como Oriente Médio, incluindo a Galileia e a Judéia, era controlada de forma violenta pelo Império Romano, que saqueava o povo pela cobrança de tributos. O povo que vivia nesta região provavelmente não era passivo frente a esta dominação. Imagina-se que existissem muitas reações e protestos contra este domínio imperial. De forma que, é arriscado afirmar que Jesus tenha sido indiferente diante da submissão imposta pelo Império Romano⁵.

Horsley apresenta alguns fatores que estão inter-relacionados e que são importantes para compreender a construção despolitizada de Jesus.

5 Richard A. HORSLEY, *Jesus e o império*, p.9.

O primeiro fator é o pressuposto ocidental moderno, que nas reconstituições do contexto em que Jesus viveu, separou a religião da política e da economia. Nas sociedades ocidentais esta separação foi institucionalizada não apenas na separação entre religião e estado, mas também da economia capitalista. No entanto, sabemos que esta separação não é real nem no contexto em que Jesus viveu e nem no tempo em que nós vivemos. Pensemos no papel do Templo na Palestina antiga. O Templo não tinha apenas função religiosa. Seu papel era político, econômico e religioso. Não é por nada que o Evangelho de João 2,13-22 nos apresenta um Jesus que critica e reage à função econômica desempenhada pelo Templo. Não podemos ler este texto como um fato episódico. Ao expressar sua contrariedade é de se suspeitar que Jesus não estava criticando exclusivamente a venda de animais que seriam utilizados para os rituais sacrificiais. Sua crítica se dirige à cooperação do Templo com o império romano.

O segundo fator é o individualismo, que é um desenvolvimento social relativamente recente e característico das sociedades ocidentais modernas. No entanto, mesmo assim, o individualismo tem servido de pressuposto para interpretar o Jesus histórico. A consequência disso é que imaginamos um Jesus alheio às disputas e aos conflitos de seu tempo.

Ao descontextualizarmos e despolitizarmos Jesus podemos transformar a sua figura em justificativa para qualquer situação, inclusive para a injustiça, para nacionalismos, para exclusivismos culturais, para a xenofobia, para o neoliberalismo. Quando afirmamos “Cristo é paz” precisamos ver Jesus mais do que um instrutor individual despolitizado que pronunciou aforismos isolados que podem ser aplicados a um estilo de vida contracultural e individual e política e economicamente descontextualizados. Diferente disso, a paz da qual Jesus falava tem implicações políticas. Isso porque não é possível separar a dimensão religiosa da vida político-econômica nas sociedades tradicionais.

Desde a perspectiva da fé em Jesus Cristo, nem a paz e nem o diálogo podem ser descontextualizados e despolitizados. A Campanha da Fraternidade Ecuemênica/2021, ao abordar o diálogo como compromisso de amor, e ao afirmar que Cristo é a paz que derruba os muros das divisões e faz unidade, pretende problematizar e incidir nas estruturas geradoras da violência e da cultura do ódio. Esta incidência não pode ser única e exclusivamente na sociedade, mas também nas igrejas, considerando que a cumplicidade entre igrejas e o poder mantenedor das estruturas opressoras continua sendo realidade.

O autor da carta aos Efésios, que inspira o lema bíblico da CFE/2021, incide em uma comunidade polarizada. Nesta comunidade, judeus, que reconheciam Jesus como o Filho de Deus, entendiam que os gentios (pessoas de outras tradições e culturas) que também reconheciam Jesus como o Filho de Deus, não poderiam participar da comunidade por não serem circuncidados. Havia, portanto, uma compreensão de que existia um grupo mais legítimo do que outro. Diante do conflito, o autor da carta aos Efésios, afirma categoricamente que em Cristo não há divisões. Todas as divisões provocadas por diferenças já foram superadas, portanto, não há vivência do Evangelho, fora da comunidade de iguais. A única possibilidade de ser coerente com a Boa Nova é transformando tudo o que gera desigualdade. Isso significa que a fé é política na medida em que problematiza as alianças de poder e as transforma.

3 DESAFIOS PARA QUE O DIÁLOGO SE REALIZE COMO COMPROMISSO DE AMOR

Qual diálogo desejamos promover, o autêntico que implicará também em autocrítica e em reconhecer o Outro como interlocutor legítimo? O diálogo técnico que é estabelecido unicamente pela necessidade de um entendimento objetivo sobre determinado assunto e não promove mudanças. Ou o monólogo disfarçado de diálogo, em que as pessoas participantes “dobram-se-em-si-mesmas”.

A maturidade para o diálogo que desejamos realizar tem implicações na identificação dos muros que precisam ser derrubados para que a unidade e a paz se tornem realidades políticas, econômicas e religiosas. Esta maturidade tem relação sobre como entendemos e vivemos o cristianismo como religião. Nossa experiência religiosa com o cristianismo resulta em possessão e acriticidade? Se for esta a experiência, é importante saber que ela mascara a face de Deus, pois projeta Deus em convicções humanas engessadas. Toda a convicção que não se abre para a dúvida termina por, mais cedo ou mais tarde, impedir que se veja o rosto de Deus que está na Outra pessoa, seja ela quem for. Se nossa experiência com o cristianismo está orientada única e exclusivamente na obediência e cumprimento de dogmas elaborados, em algumas situações para a subjugação de algumas pessoas, então estamos imunes à revelação de Cristo. A revelação, conforme Martin Buber⁶, não vive a “perfeição” de um passado.

Os dogmas podem expressar a tendência humana em querer segurança. Esta tendência faz com que tornemos a revelação em algo rígido, não encarnado na realidade e isento de liberdade para se manifestar e nos provocar. Neste sentido, temos o desafio de não ter medo em questionar tudo o que aprendemos e afirmamos com veemência sobre Deus. Esta abertura viabilizará que se viva, de forma autêntica, experiências de revelação que ocorrem quando deixamos nos transformar pelo encontro com aquela pessoa que é diferente de nós. Esta abertura poderia ser um antídoto contra os fundamentalismos.

Cristo é a nossa paz? Qual paz? A paz de “cemitério” que uniformiza tudo, não abre espaço para a diversidade e para o diálogo autêntico ou a “paz vital”⁷ que exige o reconhecimento das contradições humanas, a abertura para o diálogo autêntico e a acolhida da diversidade que nos constitui como seres vivos. Esta paz vital exige que a vida se manifeste como um equilíbrio dinâmico entre nações, culturas e expressões de fé, reconhecendo o valor e a legitimidade de cada uma delas.

Para tanto, precisamos recuperar o universalismo dos profetas, que não tinham como horizonte a dissolução das sociedades e de suas formas diferentes de organização, mas a transformação e a cura como base para a unidade. Os profetas e as profetizas nos apresentam uma paz fruto da justiça, que supera o individualismo e compreende que a vida em sociedade só é possível se nos reconhecermos como “nós”. Isso incide na forma como vivemos nossa espiritualidade, que precisa estar intimamente entrelaçada com o mundo, com a vida, com a ação. A espiritualidade se nutre da unidade da vida e da comunhão com a Criação.

Os desafios apresentados pela CFE/2021 são grandes quando consideramos nosso contexto polarizado e fundamentalista, em que o poder econômico e seus interesses são colocados no lugar do Deus da vida e da diversidade. Esta Campanha desafia a olhar em profundidade e com abertura para a nossa experiência de fé. Ela provoca que nos reconheçamos uns nos outros e umas nas outras de forma empática e solidária. Talvez assim consigamos transformar a intolerância em respeito e amor ao próximo e à Criação.

6 Martin BUBER, *Do diálogo e do dialógico*, p.51.

7 Martin BUBER, *Do diálogo e do dialógico*, p.22.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA DE ESTUDO DA REFORMA. Almeida Revista e Atualizada. Barueri/SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HORSLEY, Richard A. *Jesus e o império* (Bíblia e Sociologia). São Paulo: Paulus, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CONIC. *Cristo é a nossa paz: do que era dividido fez uma unidade*. Texto-Base V Campanha da Fraternidade Ecumênica – “Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor”. Brasília: Ed. CNBB, 2020.